



MATRIZ DE RISCOS

Identificação, classificação e plano de tratamento dos riscos de compliance do ICCI

Instituição	INSTITUTO CAMINHOS CONTRA INJUSTIÇA - ICCI
CNPJ	30.527.194/0001-49
Código	ICCI-COMP-009
Versão	1.0
Vigência	A partir da assinatura pela Diretoria

Documento institucional para aprovação, assinatura e publicação no portal de transparência do ICCI.

1. Controle do documento

Campo	Descrição
Instituição	INSTITUTO CAMINHOS CONTRA INJUSTIÇA - ICCI
CNPJ	30.527.194/0001-49
Sede	Rua Juan Vicente, nº 325 - Jardim Bandeiras - Osasco/SP - CEP 06160-180
Documento	ICCI-COMP-009
Versão	1.0
Data de emissão	Junho/2026
Área responsável	Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos
Responsável pela execução	Diretoria, Comitê de Compliance, Conselho Fiscal e gestores de projeto
Canal de Integridade	contato@icci.org.br - assunto: Canal de Integridade - Confidencial
Próxima revisão	Junho/2027 ou quando houver alteração legal, estatutária ou operacional relevante

2. Objetivo da Matriz de Riscos

A Matriz de Riscos identifica, classifica e orienta o tratamento dos principais riscos de governança, integridade, financeiros, operacionais, legais, reputacionais, de prestação de contas, proteção de dados, voluntariado e parcerias do ICCI.

3. Critérios de avaliação

Cada risco deve ser avaliado pela probabilidade de ocorrência e pelo impacto potencial. A pontuação resulta da multiplicação Probabilidade x Impacto.

Pontuação	Probabilidade	Impacto	Nível resultante
1	Rara	Muito baixo	1 a 4 - Baixo
2	Pouco provável	Baixo	5 a 9 - Moderado
3	Possível	Médio	10 a 16 - Alto
4	Provável	Alto	17 a 25 - Crítico
5	Quase certo	Muito alto	Tratamento imediato

4. Matriz de riscos priorizada

ID	Risco	Causas	Impactos	P/I/Nível	Controles atuais/recomendados	Ação e responsável
R01	Governança formal incompleta	Atas, mandatos, documentos estatutários ou aprovações internas desatualizadas.	Decisões questionáveis, perda de credibilidade, impedimento em editais.	3/4/12 Alto	Calendário societário; arquivo de atas; validação anual da Diretoria.	Secretário e Presidência - revisão semestral.
R02	Conflito de interesses em decisões	Parentesco, relação comercial, indicação de fornecedor ou benefício pessoal não declarado.	Favorecimento, glosas, dano reputacional, nulidade de contratação.	4/4/15 Alto	Declaração anual e por evento; abstenção; aprovação adicional.	Diretoria/Compliance - imediato.
R03	Compras sem documentação	Ausência de cotações, justificativas.	Glosa, devolução de recursos.	4/5/20 Crítico	Playbook de compras; checklist;	Financeiro/Projetos - 60 dias.

ID	Risco	Causas	Impactos	P/I/Nível	Controles atuais/recomendados	Ação e responsável
	suficiente	tema de referência, controle ou aprovação.	questionamento de prestação de contas.		segregação de funções; arquivo por projeto.	
R04	Uso irregular de recursos de parcerias públicas	Despesa fora do plano, rubrica inadequada ou alteração sem autorização.	Devolução, sanções, suspensão de repasses, dano institucional.	3/5/15 Alto	Plano de trabalho controlado; pré-análise de despesas; autorização formal para remanejamentos.	Coordenação/Financeiro - contínuo.
R05	Prestação de contas intempestiva ou incompleta	Falta de evidências, relatórios, extratos, conciliações e comprovantes.	Glossas, inadimplência, bloqueio de novas parcerias.	3/5/15 Alto	Calendário; checklist; conciliação mensal; revisão do Conselho Fiscal.	Financeiro/Prestação de Contas - mensal.
R06	Corrupção ou vantagem indevida	Pedidos/oferta de benefício, pagamento de facilitação, favorecimento de agente público ou privado.	Sanções legais, rescisões, perda de confiança, dano à missão.	2/5/10 Alto	Política Anticorrupção; canal; treinamento; cláusulas contratuais.	Diretoria/Compliance - contínuo.
R07	Doação ou patrocínio de origem inadequada	Apoio com origem ilícita, contrapartida indevida ou incompatibilidade ética.	Lavagem de dinheiro, dano reputacional, captura institucional.	3/4/12 Alto	Due diligence por faixa de risco; tema; registro; aprovação da Diretoria.	Captação/Financeiro - por evento.
R08	Exposição indevida de beneficiários	Fotos, vídeos, relatos ou dados publicados sem autorização ou sem cuidado.	Violação de privacidade, dano moral, risco a crianças/adolescentes.	4/4/16 Alto	Tema de imagem; fluxo de aprovação de comunicação; treinamento LGPD.	Comunicação/Projetos - 30 dias.
R09	Tratamento inadequado de dados pessoais sensíveis	Coleta excessiva, acesso amplo, compartilhamento informal, ausência de base legal.	Incidente LGPD, sanções, perda de confiança e risco aos titulares.	4/5/20 Crítico	Inventário de dados; controle de acesso; encaregado; política LGPD.	Diretoria/Encaregado - 90 dias.
R10	Voluntariado sem formalização	Atuação sem tema, sem orientação ou sem supervisão.	Risco trabalhista, conduta inadequada, dano a beneficiários.	3/4/12 Alto	Tema de adesão; ficha; integração; controle de frequência.	Coordenação de Projetos - 45 dias.
R11	Contratação de profissionais sem documentação	Contratos incompletos, ausência de habilitação, vínculo incompatível ou pagamento sem lastro.	Risco trabalhista, fiscal, técnico e de prestação de contas.	3/5/15 Alto	Checklist de contratação; contrato; comprovação técnica; aprovação.	Diretoria/RH/Financeiro - 60 dias.
R12	Faltas trabalhistas, fiscais e previdenciárias	Obrigações acessórias, retenções, encargos ou documentos em atraso.	Multas, passivo, impedimentos em certidões.	3/4/12 Alto	Calendário de obrigações; assessoria contábil; conferência mensal.	Diretor Financeiro/Contabilidade - mensal.
R13	Transparência insuficiente no site	Publicação desatualizada de documentos, relatórios, parcerias e políticas.	Perda de credibilidade, baixa nota em prêmios/edital, questionamentos.	3/3/9 Moderado	Página de transparência; rotina trimestral de atualização.	Comunicação/Diretoria - trimestral.
R14	Segurança da informação insuficiente	Senhas fracas, arquivos pessoais em dispositivos particulares, backups inexistentes.	Perda de documentos, vazamento, indisponibilidade operacional.	3/4/12 Alto	Controle de acesso; backups; pastas por projeto; senhas fortes.	Diretoria/TI - 90 dias.
R15	Registros contábeis incompletos	Receitas/despesas sem classificação, centro de custo ou documentação.	Demonstrações imprecisas, prestação de contas frágil, risco fiscal.	3/4/12 Alto	Plano de contas; conciliação; arquivo digital; revisão contábil.	Financeiro/Contabilidade - mensal.
R16	Participação político-partidária indevida	Uso de espaço, recursos, marca ou projetos para campanha ou apoio eleitoral.	Violação estatutária, perda de isenção, dano reputacional.	2/5/10 Alto	Comunicação interna; aprovação de eventos; monitoramento em período eleitoral.	Presidência/Compliance - contínuo.
R17	Terceiros sem due diligence	Fornecedor ou parceiro sem capacidade, reputação ou regularidade mínima.	Entrega ruim, fraude, responsabilidade solidária/reputacional.	3/4/12 Alto	Cadastro, consultas, referências, cláusulas e avaliação pós-serviço.	Compras/Projetos - por contratação.
R18	Uso indevido da marca ICCI	Parceiros, voluntários ou terceiros usando nome/logo sem autorização.	Dano reputacional, campanhas falsas, captação irregular.	3/3/9 Moderado	Manual de uso; autorizações formais; monitoramento de redes.	Comunicação/Diretoria - contínuo.
R19	Risco em eventos e oficinas	Ausência de autorização, plano de segurança, controle de presença ou adequação do espaço.	Acidentes, responsabilidade civil, intempção do projeto.	3/4/12 Alto	Checklist de evento; autorização; seguro quando necessário; controle de presença.	Coordenação/Projetos - por evento.
R20	Denúncias sem tratamento adequado	Relatos não registrados, apurados informalmente ou sem resposta.	Retaliação, reincidência, perda de confiança, risco legal.	3/4/12 Alto	Canal; protocolo; rito de apuração; não retaliação; relatório de conclusão.	Compliance/Diretoria - imediato.

5. Plano de tratamento por prioridade

- Riscos críticos: plano de ação imediato, responsável nomeado, prazo máximo de 90 dias e acompanhamento pela Diretoria.
- Riscos altos: controles implementados no ciclo anual, com evidências e revisão pelo Comitê de Compliance ou responsável designado.
- Riscos moderados: monitoramento periódico e melhoria gradual conforme recursos disponíveis.
- Riscos baixos: manutenção de controles de rotina e reavaliação anual.

6. Revisão e reporte

A Matriz de Riscos deverá ser revisada anualmente, em caso de novo projeto relevante, nova fonte de recurso, nova parceria pública ou privada, alteração estatutária, incidente relevante, denúncia procedente ou mudança legal que impacte o ICCI.

7. Referências normativas e institucionais

- Programa de Compliance do ICCI.
- Código de Ética, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política de LGPD, Política de Voluntariado e Política de Doações e Patrocínios.
- Estatuto Social do ICCI, Lei nº 13.019/2014, Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 11.129/2022, Lei nº 13.709/2018 e Lei nº 9.608/1998.

As referências acima devem ser interpretadas sempre em conjunto com o Estatuto Social vigente, as deliberações da Assembleia Geral, as decisões da Diretoria e os instrumentos de parceria, contratos, termos de fomento, termos de colaboração, acordos de cooperação e demais ajustes firmados pelo ICCI.

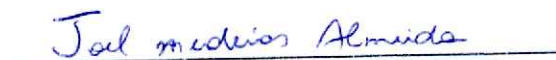
Aprovação e assinaturas

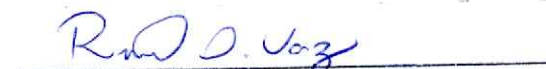
O presente documento foi aprovado pela Diretoria do Instituto Caminhos Contra Injustiça - ICCI e entra em vigor a partir da data de sua assinatura, devendo ser divulgado aos públicos abrangidos e publicado, quando aplicável, no portal institucional/transparência.

Osasco/SP, 09 de junho de 2026.


Isabela Paiva da Fonte Falcone
Presidente


Andre Luiz Falcone de Oliveira
Diretor Financeiro


Joel Medeiros Almeida
Secretário


Rosane de Oliveira Cerqueira Vaz
Conselho Fiscal - ciência

Termo de ciência individual

Declaro que recebi, li e compreendi este documento, comprometendo-me a cumpri-lo integralmente e a comunicar dúvidas ou possíveis irregularidades pelos canais oficiais do ICCI.

Nome	CPF	Vínculo/Função	Assinatura/Data